

Contexto como condição de interpretação do enunciado / Context as a condition of interpretation of the utterance

Helena Valentim & Pierre Lejeune

Abstract: *In this presentation, we try to reflect on the relation between the concept of utterance on one hand, and the concepts of linguistic (or cotext) and situational context (or situation) on the other.*

There is a mutual dependence between the units that make up an utterance. The units that occur concurrently in an utterance interact and determine each other semantically. The process of multiple interaction at stake in this cotextualisation is a phenomenon that concerns any kind of unit or utterance.

In the same way, one might consider, following Franckel (2000 for example) that every utterance acquires a signification through its being anchored to a situation – in what is relevant for its interpretation and may be made verbally explicit or not – while at the same time every utterance as a token determines its situational context. In this respect, the situational context will not be defined simply in terms of exteriority in relation to the utterance (as is the case in pragmatics): it constitutes the very condition of interpretation of the utterance and is thus also a construction. This issue, illustrated by a few examples, leads us to the problem of the relation between referent and referential values, i. e. the relation between the extralinguistic and linguistic domains. Moreover, in an analysis based on these principles, what matters is not the relation between utterance and situational context (as happens in pragmatics) but rather the relation between conditions of interpretation and interpretation itself.

Introdução

É hoje praticamente consensual que a dinâmica interna à própria linguagem é da ordem da interacção. Por conseguinte, as possibilidades de interpretação de qualquer enunciado e das unidades que o engendram decorrem dessa dinâmica de interacção. Colocam-se, pois, algumas questões que são ponto de partida da reflexão que aqui propomos: Como se processa essa dinâmica de interacção? Quais os elementos envolvidos nesta dinâmica de interacção? Como se inscrevem o

cotexto (ou contexto linguístico) e o contexto nesta dinâmica?

Poder-se-á dizer que estamos perante uma única construção, que integra duas ordens de dependência recíprocas. Temos, por um lado, a dinâmica de interacção existente entre uma qualquer unidade linguística e o contexto linguístico ou cotexto (também “contexte imédiat”, segundo Franckel 2006). Isto é, a significação associada a cada unidade linguística depende do cotexto de ocorrência e a significação global do enunciado depende da rede de relações de dependência recíproca entre as unidades linguísticas que o compõem. Jean-Jacques Franckel

refere-se a esta dinâmica como “cotextualização”, afirmando e demonstrando o modo como afecta todo o tipo de unidades (por exemplo, em 2002). Por outro lado, temos a dinâmica de interacção existente entre uma qualquer unidade linguística e o contexto situacional (também “contexte large” ou “situation”, segundo Franckel 2006), dinâmica a que também Jean-Jacques Franckel se refere como contextualização (por exemplo, em 2002). A distinção entre a cotextualização e a contextualização é apenas de ordem metodológica, já que – como dizíamos – se trata de uma única / da mesma construção.

Dependência recíproca entre uma unidade e o cotexto – cotextualização

A dependência recíproca entre uma unidade linguística e o cotexto – cotextualização – traduz-se no facto de a determinação do sentido de uma unidade linguística resultar da forma como esta interage com a(s) outra(s) unidade(s) em presença. Assim, no quadro teórico de uma análise semântica e enunciativa (em que situamos a nossa reflexão), podemos formular o problema da afectação de um significado a uma unidade linguística uma vez que, como é facilmente constatável, a significação de uma qualquer unidade linguística varia consoante a sequência, o enunciado, em que esta ocorra.

Um exemplo: o verbo *correr*

Para ilustrar isto, tentaremos, através da análise de sequências que incluem o verbo *correr*, identificar alguns cotextos que contribuem para a identidade

semântica desta unidade através da multiplicidade dos seus empregos. Adoptaremos a perspectiva de Franckel (2006):

«Le problème se pose [...] de la possibilité même de définir *l'identité* d'une unité. Celle-ci ne peut s'appréhender qu'à travers la variation et la disparité parfois considérable des valeurs susceptibles de lui être associées [...] et ne saurait se réduire à aucune d'entre elles en particulier, fût-elle intuitivement perçue comme plus saillante ou plus fondamentale qu'une autre, dès lors qu'elle résulte toujours et nécessairement d'une interaction avec un cotexte (explicité ou non). Or ce cotexte est lui-même variable, mais de façon non aléatoire : il est contraint par l'unité dont il constitue le cotexte, tout comme le scénario est contraint par la forme de l'énoncé dans lequel il s'inscrit. »

No caso de *correr*, o valor mais saliente será provavelmente o de um movimento rápido («andar com velocidade superior à da marcha») mas a maior parte dos usos do verbo fogem a essa caracterização. Para se chegar a apreender algum invariância no comportamento de *correr*, que se situará necessariamente num nível mais abstracto, é preciso caracterizar os cotextos que o verbo convoca de maneira selectiva

Daremos aqui algumas das combinações mais características.

1) «S *corre*»

a) Com S [+ humano] (ou animal com patas) *correr* pode corresponder a um

«movimento mais rápido que o andar» (primeiro sentido registado no Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea), sendo que mesmo assim, no atletismo, a diferença entre marcha e corrida não assenta numa questão de velocidade mas antes no facto de o atleta ter ou não em algum momento os dois pés em contacto com o solo:

- *Correu, correu, até ficar tão cansado que caiu estonteado e a ver tudo a andar à roda.*

Correr pode também remeter para o facto de participar numa corrida (competição em que ganha o mais rápido a acabar um percurso; pode ser de bicicleta, de carros, p. ex):

- *Contador correu com a camisola branca, por comandar a classificação da juventude.*

b) Com S [- humano], S pode ser um fluido (sentido: ‘escoar-se’):

- *O sangue corre nas veias.*
- *Não corre uma aragem.*
- *E a velha abanava a cabeça, deixando as suas lágrimas correr a quatro e quatro.*
- *Os residentes em Macau que tencionam ficar no território para além de 1999 bem precisam que os ventos passem a correr a seu favor.*

S poderá também ser algo que circula dentro de um espaço sem se fixar:

- *Corre o boato de que o voo está atrasado quinze minutos.*
- *As notas de cem escudos já não correm no mercado nacional.*

- *Assim, deixava correr sobre o seu nome e a sua pessoa os maiores disparates, sem tentar sequer opor-lhes qualquer desmentido.*

Poder-se-á tratar ainda de algo que ocupa um espaço linear de maneira contínua (sentido: ‘estender-se’):

- *A rua corre de Norte a Sul da cidade.*
- *Daí à entrada da quinta corria um muro de pedra solta onde espreitavam trepadeiras.*

Por vezes, S corresponde a um período de tempo (sentido: ‘desenrolar-se’):

- *Assim passaram meses, assim correu o inverno quase todo.*
- *Foi um dia em cheio, o tempo correu tão depressa, que muitos nem deram pelo tempo passar.*

Finalmente, um caso próximo do anterior é aquele em que S corresponde a um programa preestabelecido (sentido: ‘desenrolar-se’):

- *Pedroso tem já a correr uma acção cível contra o Estado.*
- *Correu uma acção declarativa entre A e B; foi este condenado.*
Pus a correr uma cassetete com episódios antigos de Cheers.
O sistema operativo Windows corre em mais de 80 % de todos os PC.

2) «Correr um/ o N»

Pode acontecer que N determine um processo denso:

- *Ernesto teve então aguda consciência do perigo que porventura corria.* (sentido: ‘expor-se a’)

Mas na maior parte dos casos, o complemento discretiza o processo marcado por *correr*, que assume uma variedade de sentidos em função do tipo de N:

N = uma corrida (sentido: ‘participar em’):

- *Gebre não correu a maratona dos Jogos Olímpicos de Pequim2008.*

N = um dispositivo em linha (sentido: ‘fazer deslizar abrindo ou fechando’):

- *Ela guardou o botão e correu o fecho da carteira.*

- *Não, abro já. Um momento. Saltou da cama e correu o ferrolho.*

- *De dia, e quando a luz solar é intensa, existe sempre a possibilidade de correr a cortina eléctrica.*

N = um espaço, um conjunto de elementos (sentido ‘varrer’, ‘percorrer’):

- *A senhora Beatriz já correu os quatro cantos da cidade.*

- *Estamos na UE porque dá dinheiro. Esta é a ideia generalizada que corre o país.*

- *Já corri a lista telefónica toda e não encontrei o nome dele.*

- *O magistrado deu a conhecer que nesse momento o processo está a correr os trâmites legais.*

3) «S *correr bem*»

Esta construção em que *bem* é marcador de conformidade qualitativa (integrando um paradigma de expressões axiológicas como *de feição*, *sobre*

rodas, *às mil maravilhas*, *razoavelmente*, *mal*, etc.) corresponde essencialmente a duas situações:

a) com S [+ animado] (sentido : ‘ter boa técnica no movimento de correr’ / ‘fazer uma boa corrida’):

- *Hoje corri muito bem.*

b) com S que remete para um processo pré-construído: um exame, um encontro, obras, uma viagem (sentido: ‘desenrolar-se’)

- *Vai correr tudo bem.*

- *As obras de demolição correram bem.*

- *A viagem correu bem.*

Os exemplos acima mostram que uma unidade como *correr* convoca um leque limitado de tipos de cotextos em que assume valores referenciais contrastados. Existe uma interacção entre a unidade e o cotexto, na medida em que:

- 1) a unidade selecciona determinados tipos de cotextos;
- 2) estes cotextos conferem um valor semântico local à unidade.

Mas há mais: o facto de co-ocorrer com *correr* dentro de um dado segmento de frase pode seleccionar um valor referencial particular das unidades do contexto. Por exemplo, em *correr o fecho*, *correr* selecciona um tipo de fecho (um fecho «de correr», por exemplo um fecho éclair). Do mesmo modo, em *correr um programa*, *correr* selecciona um tipo de programa (p. ex. informático) distinto dos programas a que remete a expressão *cumprir o programa*.

Através da diversidade das suas interações com o cotexto (de que demos apenas algumas das mais recorrentes), *correr* constrói a sua identidade semântica, que uma análise minuciosa poderá *in fine* captar através da forma esquemática. Sem ter feito esta análise, podemos imaginar que para tal se recorrerá a noções do tipo continuidade / homogeneidade / indiferenciação, sendo também preciso integrar «entre outros» o valor «movimento mais rápido que o andar» (efeito de «deslizar» contínuo relacionado com o facto de nunca se ter os dois pés no chão ao mesmo tempo?) ou valores atípicos como os que surgem em *Correram com os assaltantes* (sentido: ‘expulsar) ou *correr um risco*’.

Dependência recíproca entre uma unidade e o contexto – contextualização

Um enunciado só o é - ie., só é susceptível de interpretação - relativamente a um contexto. O contexto é a condição de interpretação do enunciado. Digamos que cada sequência determina o tipo de contexto que, por sua vez, funda a sua interpretação e portanto a sua actualização como enunciado.

Por exemplo, a sequência abstracta e pré-enunciativa *Isso é que era bom* permite a reconstituição de três enunciados distintos, que relevam de, pelo menos, três contextos e de três esquemas prosódicos não idênticos. Os tipos de contexto compatíveis com esta sequência constituem as suas condições de interpretação, conforme se propõe em de Vogüé (1999), correspondem aos

“scénarios” convocados pelo agenciamento de formas linguísticas¹. Só interpretamos esta sequência se reconstituirmos uma referência nostálgica ao passado (a), a expressão de um desejo irrealizável (b) ou uma rejeição (c).

Fixemo-nos em cada uma destas hipóteses interpretativas, (a), (b) e (c).

No primeiro caso (a), a sequência *Isso é que era bom* corresponde a uma apreciação retrospectiva, ie, uma apreciação de um estado de coisas passado, de uma “idade de ouro”, algo irredutivelmente perdido. No segundo caso (b), a sequência *Isso é que era bom* corresponde à manifestação de um desejo relativamente a um estado de coisas ideal (o seu referente), construído num plano deslocado em relação à situação de enunciação. No terceiro caso (c), a sequência *Isso é que era bom* corresponde à manifestação de uma rejeição / uma recusa / uma posição irredutível em relação a um estado de coisas. O enunciado assim interpretável apresenta-se como uma réplica manifestando um estado de coisas julgado abusivo e, portanto, rejeitado, ou julgado irrealizável.

O referente de *isso* está associado, de forma estrita, a um *scénario*, ie, a pelo menos três condições de interpretação (conforme aqui propomos – ressalve-se - e de forma naturalmente não

¹ Correspondendo a contextos possíveis (ou possibilidades contextuais), o conceito de *scénario* é adoptado e, por analogia com o cinema, aplicado por S. de Vogüé (1999, por exemplo) à análise linguística: “L’énoncé fournit le scénario de ce qu’il faudrait pouvoir filmer pour reconstituer la scène. En tant que partie intégrante de l’interprétation d’un énoncé, le scénario est toujours à la fois de l’ordre du donné et de l’ordre du construit”.

exaustiva). Em (a), a interpretação de *isso* é possível pela retoma de um estado de coisas julgado perfeito a que se reenvia retrospectivamente, construído, portanto, por referência a uma nova coordenada temporal-aspectual, localizador intermédio ou translato, que, no caso deste enunciado, não está marcado linguisticamente mas que não deixa de ser construído metalinguisticamente e parafra-seável por “naquele tempo” (*in illo tempore*). A retoma de que *isso* é marcador linguístico em (b) (cuja interpretação é possível pela retoma de um estado de coisas ideal, seu referente), como em (c) (cuja interpretação é possível pela retoma de um estado de coisas inaceitável, o seu referente) explica-se metalinguisticamente como construção de um plano deslocado em relação à situação de enunciação em curso.

Quanto ao imperfeito do indicativo da forma verbal (*era*), é marcador de uma origem translata, de uma situação de enunciação construída enquanto abstractamente disjunta da situação de enunciação em curso, mas que preserva as propriedades da mesma. Na origem do valor temporal que caracteriza o pretérito imperfeito *era*, está, pois, uma operação de translação. Marcada pela construção de um localizador (ou sistemas de localizadores) a partir de um outro localizador - o localizador origem (a situação de enunciação em curso) - a operação de translação consiste na transposição do sistema de coordenadas enunciativas. Da construção de um localizador translato resulta uma dissociação entre planos enunciativos, daí que a qualquer um

destes enunciados se possa acrescentar uma adversativa.

Mas o facto de tais adversativas associáveis a cada um dos enunciados (a), (b) e (c) serem necessariamente diferentes é revelador das diferenças semânticas (e também pragmáticas) entre estes enunciados, considerados na sua globalidade, e, decorrentemente, entre os valores afectos às formas linguísticas que os integram e respectivas operações metalinguísticas subjacentes. Assim, a adversativa associável a (a) seria do tipo *mas já passou / já não volta / já era!* que explicita, precisamente, um valor de contraposição (*Isso é que era bom, mas já passou / já não volta / já era!*). Neste caso, ao valor semântico de *era* não está associada uma operação de mira. Veja-se que *era* não é substituível pelo condicional *seria* (quando, em português, muitas das ocorrências do pretérito imperfeito têm o mesmo valor do condicional). *Isso é que seria bom* tem outra interpretação, não poderia parafra-sear (a).

Em (b) como em (c), o imperfeito do indicativo da forma verbal (*era*) tem um valor modal (na origem da qual está, também, uma operação de translação). Quando o pretérito imperfeito apresenta um valor modal, não coexistente com um valor temporal, a translação do localizador tem origem numa operação de mira com carácter modal, tendendo, neste caso, em português europeu, a desempenhar a função atribuída ao condicional. Daí, em (b), *era* ser substituível por *seria*, com valor “*idealis*”, da ordem do desejo, portanto (*Isso é que seria bom!*). Em (c) *era* também é substituível por *seria*, com

valor “*irrealis*”, e daí a recusa ou rejeição construída. Como da construção de um localizador translato resulta uma dissociação entre planos enunciativos, pode acrescentar-se ao enunciado (b) uma adversativa do tipo *mas não foi / mas não é / mas não será possível*, que explicita, precisamente, uma contraposição (*Isso é que era bom, mas não foi / mas não é / mas não será possível*). A (c) pode acrescentar-se uma adversativa do tipo *mas não pode_{deont.} acontecer / mas não não desejo que aconteça*, que, por sua vez, explicita uma rejeição (*Isso é que era bom, mas não pode_{deont.} acontecer / mas não não desejo que aconteça*).

A expressão *é que* marca uma operação metalinguística de percurso e estabilização num valor que se define no contraste com outros. Como construção de um alto grau, em (a), como em (b) e em (c), *é que* intensifica (ie, reforça) a contraposição (ie, a deslocação ou transposição) do estado de coisas referido pela forma *isso* em relação à situação de enunciação em curso.

Em (a) como em (b), a forma *bom* marca a orientação positiva da apreciação, ie, a orientação do valor modal apreciativo como favorável em relação ao sujeito enunciador. Já em (c), a orientação da apreciação (do valor modal) de que *bom* é marcador, é desfavorável em relação ao sujeito enunciador. Estamos, sob o ponto de vista discursivo, perante uma ironia, que, semanticamente corresponde a uma operação sobre o domínio nocional, mais propriamente uma saída para o exterior do domínio nocional.

Acrescente-se que, em (a) como em (b), se o referente de *isso* for algo do domínio do utilitário, o sentido de *bom* corresponderá, nocionalmente, a algo como *correcto, conforme, exacto, válido...* Mas se o referente de *isso* for algo do domínio alimentar, o sentido de *bom* corresponderá, nocionalmente, a algo como *saboroso*.

Podemos observar enunciáveis vizinhos de *isso é que era bom*, a que chegamos por manipulação recorrendo a formas que são aproximações que podem corresponder a aparentes sinónimos locais de *bom* (ex: *interessante, fantástico...*). Mas os enunciáveis *isso é que era interessante* ou *isso é que era fantástico* apresentam outras restrições em termos interpretativos. Diferentes enunciáveis convocam sempre diferentes *scénarios*, desencadeiam diferentes interpretações, uma vez que acarretam novas restrições (relativamente ao que vimos).

Considerações finais

Poder-se-á dizer que estas observações nos revelam que os termos têm um sentido em si mesmos. Na sequência do que, em parte, também em Franckel (2006) se propõe, este facto tem consequências teórico-metodológicas conducentes a algumas conclusões que permitem estruturar uma abordagem da questão do sentido das formas linguísticas.

1. As formas linguísticas integram as condições que permitem interpretar um enunciado. Isto é, desencadeiam as possibilidades contextuais que se encontram estabilizadas, pelo cotexto, no *contexto efectivo*.

2. O sentido das formas linguísticas não é um dado, mas constrói-se no e pelo enunciado, ao mesmo tempo que são as formas linguísticas em coocorrência e as possibilidades contextuais que determinam o sentido dos enunciados. Por outras palavras, a significação de uma forma linguística não existe por si mesma; define-se através dos variados modos de relação, por um lado, com o contexto linguístico em que se inscreve e, por outro, com as suas possibilidades contextuais que convoca.

3. A identidade de uma forma linguística não se define por qualquer sentido base, mas pelo papel específico que desempenha nas interações constitutivas do sentido dos enunciados em que ocorre. Isto é, o sentido das unidades não é apreendido como o sentido da própria unidade mas através da variação do resultado de tais interações.

4. Não haverá, pois, sentido próprio e sentido(s) figurado(s) ou derivado(s). Coloca-se, assim, como hipótese uma organização multidimensional do sentido, pelo que os conceitos de sentido literal e sentido figurado são postos em causa. Falar de um “sentido puro” de uma unidade seria e é sempre uma abstracção.

5. O contexto - não o contexto efectivo, mas as possibilidades contextuais, o “*scénario*”, como se sugere em De Vogüe (1999) - não é externo ao enunciado; é parte integrante do mesmo.

6. Da mesma forma, um enunciado é indissociável de uma prosódia e de uma contextualização.

7. A sequência linguística enquanto construção abstracta a partir do enunciado (espécie de potencial, aquilo

a que em Franckel 2006 se refere como sendo o “enunciável”) tem um papel fundamental na dinâmica da linguagem. É através desta sequência abstracta que se articula o sentido de um enunciado e a sua “ancoragem” contextual. Nesta medida, a questão não se coloca em termos da relação entre enunciado e contexto, mas sim em termos de condições de interpretação: interpretar uma sequência implica um tipo de *scénario* suscitado de forma estrita pelo agenciamento das formas e a sua “conversão” em enunciado, pela estabilização do(s) contexto(s) possíveis. Ainda no encaixe da invariância, considera-se que a forma de um enunciado determina o(s) seu(s) contextos potenciais (ou *scénario(s)*) de modo sistemático e regular; ie, confere características invariantes. Há, por um lado, uma regularidade e, por outro, singularidade. Por outras palavras, o enunciado corresponde a uma dada situação singular; a forma do enunciado – o enunciável – constrói o *scénario* que constitui as suas condições de interpretação.

9. Há, assim, uma articulação entre o referente (do domínio do extralinguístico; aquilo que preserva a sua autonomia em relação ao enunciado) e os valores referenciais (construídos nos e pelos enunciados através de operações de referenciação); entre o extralinguístico e o linguístico.

Referências bibliográficas

- De Vogüé, S. 1999. Construction d'une valeur référentielle: entités, qualités, figures. In *La référence 2, Travaux linguistiques du CERLICO*, 12. Presses Universitaires de Rennes, pp. 77-106.
- Ducrot, O. 1980. *Les mots du discours*. Paris: Les éditions de minuit.
- Franckel, J.-J. 2002. Introduction. *Langue Française* 133, pp. 3-15.
- Franckel, J.-J. 2006. Situation, contexte et valeur référentielle. In *Pratiques* n° 129/130, pp. 51-70.
- Peroz, P. 2005. Le mot clé. Variations sémantiques et régularité des fonctionnements. In *Le lexique entre identité et variation. Langue Française* n°133, pp. 42-53